

## Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres podem ser realizadas até 27 de setembro

Os municípios mineiros têm até o dia 27 de setembro para realizarem as Conferências Municipais de Políticas para Mulheres, cujo tema neste ano é “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”. As conferências são de fundamental importância para o fortalecimento da participação social e a construção de políticas públicas destinadas às mulheres.

Na etapa municipal são eleitas as delegadas que vão participar da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, na cidade de Belo Horizonte, em local ainda a ser definido, no período de 28 a 30 de outubro de 2015. Da mesma forma, na conferência estadual são eleitas as delegadas que representarão Minas na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será realizada entre 15 e 18 de março do próximo ano. Assim, as demandas municipais são debatidas e consolidadas na etapa estadual e levadas à nacional, favorecendo a construção de políticas públicas mais efetivas.

Neste ano, as discussões nas conferências terão quatro eixos: Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios; Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios; Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações; Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Em Minas, também são contemplados seis eixos temáticos adicionais: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres; Educação inclusiva, igualitária e democrática; Saúde integral das mulheres e garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres; Desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade; Democratização da comunicação e do acesso das mulheres à cultura.

“É fundamental que os municípios se organizem, porque é a partir das necessidades e realidades das mulheres nos territórios que serão construídas as propostas que, posteriormente, serão encaminhadas para as etapas estadual e nacional”, enfatizou a subsecretária de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de

Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), Áurea Carolina. Segundo ela, os municípios podem fazer um evento próprio ou se organizarem em uma etapa intermunicipal, envolvendo várias cidades.

Áurea Carolina salientou também que as conferências são uma oportunidade para os municípios começarem a discutir os Planos Municipais de Políticas para as Mulheres, reconhecendo que há especificidades de cada região. “Uma mulher que vive no Vale do Jequitinhonha pode ter necessidades muito diferentes de uma que vive na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, disse, lembrando que esses eventos são ainda uma oportunidade “de encontro, aprendizado e formação, em que os movimentos de mulheres e a sociedade civil podem fortalecer a participação democrática”.

A subsecretária lembra também que nos municípios onde ainda não foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), as Conferências podem ter o papel de impulsionar a sua implantação. “É um espaço para as prefeituras ouvirem a sociedade, conhecerem as demandas e se comprometerem com a execução das políticas”, afirma.